

ATA, 87.ª REUNIÃO,
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2024

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município.

Membros Eleitos presentes na Sessão: Paulo Jorge Lopes Teixeira; José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Miguel Botelho Gomes Barbosa; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Fernanda Perpétua Rodrigues; Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição de Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Marco Regis Lacomblez Leitão; Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Luís Artur Ribeiro Pereira; Rui Carlos Morais Lage; Fernando Pedro Mouta Monteiro; José Pedro Providência Santarém Anacoreta Correia; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; João Tiago de Sousa Pinto Guimarães, em substituição de José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; José Jerónimo Macedo de Matos Fernandes, em substituição de Rui Pedro da Silva Afonso; Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Marta Maria Pinto Monteiro Vieira de Araújo, em substituição de Sofia da Costa Pimenta de Sá Azevedo; Manuel Fernando Vilas Boas Figueiredo, em substituição de Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso; João Paulo Marques de Carvalho; Francisco Crisóstomo Calheiros, em substituição de José Manuel Pinto Varela; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Bran-

dão Meireles; Nuno Miguel Borges Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leição; Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; Maria de Fátima Leite Ferreira.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado, em substituição de Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Membros Eleitos da Câmara Municipal presentes na Sessão: Rui de Carvalho de Araújo Moreira; Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo; Ana Catarina da Rocha Araújo; Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente; Albino Pedro Pereira Baganha; Fernando Paulo Ribeiro de Sousa; Catarina Maria da Costa Santos Cunha Pereira de Abreu; Tiago Barbosa Ribeiro; Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Alberto Amaro Guedes Machado; Maria Ilda da Costa Figueiredo; Sérgio Augusto Leite Aires.

Feita a chamada, verificou-se estarem **presentes 43 Membros da Assembleia Municipal.**

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, declarou aberta a Sessão.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, informou da apresentação de um pedido, por parte do **Grupo Municipal RM,** para alteração à sequência da Ordem de Trabalhos, propondo a troca do ponto 4 com o ponto 6, colocando à consideração do plenário a sua aceitação.

Entraram na Sala, Marta Vieira de Araújo, Membro do Grupo Municipal RM e João Tiago Guimarães, Membro do Grupo Municipal PSD.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, apresentou o seu desacordo com a troca porque, passando o ponto 4 a ser discutido, previsivelmente, em Sessão de Continuação, os Membros que estariam elencados para falar sobre o Orçamento poderiam não poder comparecer nessa data.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, disse que, apesar de compreender a questão levantada na intervenção anterior, a proposta para troca de pontos na Ordem de Trabalhos tinha sido apresentada por ter sido entendido que, atendendo ao tempo de duração expectável da presente Sessão, deixaria a discussão sobre o Orçamento para uma hora tardia, o que retiraria a dignidade necessária ao debate desse ponto.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, manifestou desacordo com a alteração à Ordem de Trabalhos, solicitando que fosse cumprida a Ordem de Trabalhos emitida e acordada em Reunião de Líderes e lamentando que a presente questão não tivesse sido colocada e debatida com os Grupos Municipais antes do início da Sessão.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, informou que a proposta tinha chegado ao conhecimento da Mesa pouco tempo antes do início dos trabalhos.

Manuel Monteiro, Líder do Grupo Municipal PSD, informou que não se oporia à troca da Ordem de Trabalhos proposta, mas solicitou informação sobre se esta alteração implicava uma votação unânime ou apenas aceitação por maioria.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, disse que estranhava o presente pedido, visto que a grelha de tempos e a Ordem de Trabalhos tinha sido analisada e definida em Reunião de Líderes, pelo que não acompanhariam o pedido.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, informou que votaria contra a alteração à Ordem de Trabalhos.

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Isabel Menéres Campos, informou que, de acordo com a sua interpretação do Regimento da Assembleia Municipal e restantes disposições legais, a votação seria aceite por maioria.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, pediu a palavra para reforçar a questão levantada pelo Grupo Municipal CDU sobre a alteração da Ordem de Trabalhos.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, colocou à votação a troca da ordem da discussão dos pontos da Ordem de Trabalhos 4 e 6, proposta pelo Grupo Municipal RM, tendo sido aprovada por maioria, com 29 votos a favor (20 RM + 9 PSD) e 16 votos contra (8 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN + 1 CH).

Sofia Maia, Presidente da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, informou que tinha votado a favor por lealdade ao Grupo Municipal RM, do qual faz parte, mas não se sentia confortável com o facto de não ter sido informada da proposta antecipadamente.

– PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA –

art.º 38.º do Regimento

1. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE VOTOS, DE MOÇÕES OU DE RECOMENDAÇÕES PELA MESA, GRUPOS MUNICIPAIS OU POR QUALQUER MEMBRO DA ASSEMBLEIA SOBRE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, cedeu a palavra para a apresentação e discussão das Propostas apresentadas pelos Grupos Municipais.

- **Voto de pesar pelo falecimento de Celeste Martins Caeiro, a Celeste dos Cravos** apresentado pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.
NUD/735967/2024/CMP

Joana Rodrigues, Membro do Grupo Municipal CDU, apresentou o voto de pesar, falando sobre a vida de Celeste Caeiro e contando a história que a tornou conhecida, quando distribuiu cravos aos soldados, no dia 25 de Abril de 1974.

Realçando o simbolismo do seu ato, que ficou para sempre associado a esta data e deu o nome à “Revolução dos Cravos”, manifestou profundo pesar pela sua morte, solicitando a aprovação do Voto de Pesar.

Os Grupos Municipais RM, PS, PSD, BE e PAN associaram-se ao Voto de Pesar.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio em memória de Celeste Martins Caeiro, a Celeste dos Cravos.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feye de Azevedo, cedeu a palavra para apresentação e discussão das restantes Propostas apresentadas pelos Grupos Municipais.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, lembrou que tinha ficado acordado em Reunião de Líderes que o tempo que não fosse utilizado pelos Presidentes de Junta, no seu tempo de intervenção, seria dividido pelos Grupos Municipais.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, colocou uma proposta à Mesa para que a apresentação do “Voto de Saudação pelo centenário do nascimento de Mário Soares”, apresentado pelo Grupo Municipal Partido Socialista, fosse feita fora do tempo de intervenção dos partidos, pela sua importância histórica.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, disse que agradecia a proposta, mas que respeitaria as indicações que fossem dadas pela Mesa.

Entrou na Sala, Marco Leitão, Membro do Grupo Municipal PS.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, concordando com a relevância da figura histórica evocada, disse que não devia ser apresentado novo precedente à alteração da Ordem de Trabalhos.

Nuno Cruz, Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Filipe Teixeira da Cruz, colocou uma questão à Mesa sobre os tempos de intervenção, tendo sido esclarecido.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, apresentou o Voto de Saudação ao centenário pelo nascimento de Mário Soares, fazendo um resumo da sua vida e realçando os ideais democráticos que regeram a sua atividade cívica e política e que contribuíram diretamente para a construção da democracia em Portugal.

Apresentou seguidamente o Voto de Saudação pelo centenário do nascimento do Dr. Luís Roseira, fazendo, também, uma breve apresentação do seu percurso de vida pessoal, profissional e política.

Mencionou depois as duas outras propostas trazidas à Sessão pelo grupo Municipal PS, informou sobre o sentido de voto nas propostas dos restantes grupos Municipais e terminou a sua intervenção.

Miguel Barbosa, Representante do Grupo Municipal RM, enquadrou historicamente a recomendação sobre o 25 de Novembro de 1975, dizendo que era uma data de importância inquestionável na história recente do país e que deveria ser celebrada a par com as outras datas representativas da Democracia e da liberdade.

Saudou a coragem e o papel desempenhado por todas as figuras envolvidas na construção do país atual, como Mário Soares, Francisco Sá Carneiro, Amaro da Costa ou Freitas do Amaral, entre muitos outros, pedindo que a recomendação fosse acolhida pelos Membros da Assembleia Municipal, nos moldes apresentados.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, informou que todas as propostas apresentadas na Sessão seriam aprovadas.

Deixou uma nota particular sobre a recomendação do Grupo Municipal RM, dizendo que defendia que o 25 de Abril de 1974 tinha trazido a liberdade a Portugal e o 25 de Novembro de 1975 a Democracia, pelo que acolhia a proposta apresentada, apenas lamentando que a proposta trazida pelo PAN, numa Sessão anterior, para celebração oficial, na Câmara Municipal do Porto, dos 50 anos do 25 de Abril tivesse sido recusada.

Apresentou a proposta do Grupo Municipal PAN sobre a criação de um corpo de voluntários no Centro de Recolha Oficial de Animais do Porto – CROA, enumerando as melhorias que poderiam ser obtidas no Centro com a sua integração e terminou a sua intervenção.

Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, apreciou as propostas em deliberação, informando que votaria favoravelmente a saudação a Mário Soares, pela sua importância histórica e esforços empreendidos na implementação do movimento democrático português, nos anos anteriores e seguintes ao 25 de Abril de 1974.

Acolheu a saudação ao Dr. Luís Roseira, que conheceu pessoalmente, reconhecendo o seu valor pessoal e cívico.

Informou do sentido de voto nas outras propostas deixando uma nota a propósito das propostas da CDU e do BE sobre a Palestina, dizendo que era a favor da paz, mas contra a tentativa de eliminação de Israel pelos países vizinhos inimigos, pelo que teriam um voto desfavorável.

Dizendo que votaria favoravelmente a proposta sobre o 25 de Novembro, terminou a sua intervenção.

Rodrigo Passos, Membro do Grupo Municipal PSD, falou sobre a importância de Mário Soares e do 25 de Novembro de 1975, saudando as propostas apresentadas.

Dirigiu algumas notas políticas ao Partido Socialista sobre o legado deixado por Mário Soares que diz estar a ser esquecido pelo PS.

Falou depois sobre a proposta do Grupo Municipal PS “Em defesa do serviço público da RTP e do Centro de Produção do Norte”, dizendo que se tratava, não tanto de uma preocupação com a estação, mas sim com quem tutela as pastas.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, saudou o facto do nome de Mário Soares ter sido mencionado, por várias vezes, na presente Sessão, mas afirmou que o

mesmo nunca tinha confundido o 25 de Abril com o 25 de Novembro, nem alguma vez tinha concordado em comemorar a segunda data.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, apresentou o sentido de voto nas propostas em deliberação.

Disse que o nome de Mário Soares seria sempre evocado quando se falasse de democracia, por se tratar de um exemplo e de uma figura tutelar da liberdade em Portugal.

Deixou uma nota sobre a proposta do Grupo Municipal PS relativamente à RTP, ressaltando que, apesar de ser votada favoravelmente, mostrava que o comportamento do PS na defesa do território do Norte se tinha alterado desde que deixou o Governo.

Defendeu a profissionalização da equipa do CROA – Centro de Recolha Oficial de Animais do Porto, para uma maior eficiência na sua gestão, rejeitando a proposta apresentada pelo PAN.

Perguntou se o Grupo Municipal CDU aceitava a divisão da votação por pontos da proposta de **Moção “Pela Palestina e pela paz no Médio Oriente”** e deixou uma nota final sobre afirmações proferidas sobre a anexação da Palestina a Israel.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, fez uma breve apresentação das propostas trazidas pelo Bloco de Esquerda, focando-se na condenação dos ataques de Israel à Palestina e apelando a que fosse projetada a bandeira da Palestina na fachada da Câmara Municipal do Porto, à semelhança do que foi feito com bandeiras de outros países por ocasião de ataques semelhantes.

Informou sobre o sentido de voto nas propostas dos restantes Grupos Municipais, terminando a sua intervenção.

Francisco Calheiros, Membro do Grupo Municipal CDU, informou que iriam aceitar o pedido feito pelo Grupo Municipal PSD sobre o ponto 2 da proposta de **Recomendação “Para a aceleração do processo de reabilitação de imóveis que estavam afetos**

a fins militares na cidade do Porto, transformando-os em projetos de arrendamento habitacional público”, retirando a menção ao Orçamento de Estado e outros mecanismos financeiros.

Disse que aceitariam, também, a divisão por pontos da proposta sobre a Palestina.

Fez uma referência à proposta apresentada pelo PS sobre a RTP, dizendo que seria votada favoravelmente e deixando uma nota negativa sobre a prevista redução de postos de trabalho na estação.

Informou sobre o sentido de voto nas restantes proposta em deliberação, criticando a intervenção do Membro do Grupo Municipal Chega sobre os ataques de Israel, dizendo que tinha demonstrado insensibilidade para com as vítimas palestinianas.

Enquadrando historicamente os acontecimentos ocorridos após o 25 de Abril de 1974, justificou a rejeição da proposta para celebração do 25 de Novembro de 1975.

Luís Artur Ribeiro Pereira, Membro do Grupo Municipal RM, informou a Mesa que iria abandonar a Sala na votação da **Recomendação “Pela celebração do 25 de Novembro de 1975, como exercício pedagógico e de reflexão histórica”** apresentado pelo Grupo Municipal Rui Moreira, Aqui Há Porto, por, em respeito aos seus princípios, não poder votar contra ou abster-se de votar a moção, mas também não poder aprovar uma versão que considerou descaracterizar o 25 de Novembro e não fazer, sequer, referência a Pires Veloso ou ao PREC – Processo Revolucionário em Curso, deixando também uma crítica à intervenção do Membro do Grupo Municipal CDU, Francisco Calheiros.

- 1. Voto de Saudação pelo centenário do nascimento de Mário Soares** apresentado pelo Grupo Municipal Partido Socialista.

NUD/735228/2024/CMP

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

2. **Voto de Saudação pelo centenário do nascimento de Dr. Luís Roseira** apresentado pelo Grupo Municipal Partido Socialista.
NUD/735249/2024/CMP

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

3. **Proposta de Recomendação “Em defesa do serviço público da RTP e do Centro de Produção do Norte”** apresentado pelo Grupo Municipal Partido Socialista.
NUD/735263/2024/CMP

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 31 votos a favor (15 RM + 9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN), 11 votos contra [9 PSD + 1 RM (Luís Artur Ribeiro Pereira) + 1 CH] e 4 abstenções [4 RM (José Pedro Anacoreta, Pedro Schuller, Fátima Ferreira e Paulo Jorge Teixeira)].

Patrícia Rapazote, Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde informou que iria apresentar uma declaração de voto, por escrito (Anexo I).

4. **Voto de Repúdio “Pelo esvaziamento da sede do Instituto do Património Cultural”** apresentado pelo Grupo Municipal Partido Socialista.
NUD/735273/2024/CMP

Deliberação: Rejeitado, por maioria, com 30 votos contra (20 RM + 9 PSD + 1 CH), 13 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 1 PAN) e 3 abstenções (3 BE).

5. **Recomendação “Pela criação de um corpo de voluntários no Centro De Recolha Oficial de Animais do Porto”** apresentado pelo Grupo Municipal Pessoas-Animais-Natureza.

NUD/735584/2024/CMP

Deliberação: Rejeitado, por maioria, com 29 votos contra (19 RM + 9 PSD + 1 CH), 14 votos a favor [9 PS + 3 CDU + 1 PAN + 1 RM (Sofia Maia)] e 3 abstenções (3 BE).

6. **Proposta de Recomendação “Pela salvaguarda da memória de Almeida Garrett e do liberalismo na casa onde nasceu”** apresentado pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

NUD/735935/2024/CMP

Deliberação: Rejeitado, por maioria, com 27 votos contra (17 RM + 9 PSD + 1 CH), 16 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 3 abstenções [3 RM (Sofia Maia, Luís Artur Ribeiro Pereira e Pedro Schuller)].

7. **Proposta de Recomendação “Para a aceleração do processo de reabilitação de imóveis que estavam afetos a fins militares na cidade do Porto, transformando-os em projetos de arrendamento habitacional público”** apresentado pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

NUD/735953/2024/CMP

Deliberação: Aprovado, por unanimidade.

8. **Proposta de Moção “Pela Palestina e pela paz no Médio Oriente”** apresentado pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.
NUD/735963/2024/CMP

Deliberação Pontos 1, 2, 4 e 5: Rejeitados, por maioria, com 21 votos contra (11 RM + 9 PSD + 1 CH), 20 votos a favor [9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN + 4 RM (Raúl Almeida, Maria Adelina Ducharne, Nuno Cruz, Sofia Maia)] e 5 abstenções [5 RM (Pedro Schuller, Fátima Ferreira, Patrícia Rapazote, Ana Furtado e Marta Vieira de Araújo)].

Deliberação Ponto 3: Rejeitado, por maioria, com 29 votos contra (19 RM + 9 PSD + 1 CH), 16 votos a favor [9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN] e 1 abstenção [1 RM (Marta Vieira de Araújo)].

José Pedro Anacoreta, Isabel Menéres Campos e Nuno Caiano, Membros do Grupo Municipal RM, informaram que iriam apresentar uma declaração de voto, por escrito (Anexos II e III).

9. **Voto de Saudação “25 de novembro - Dia Internacional pela eliminação da violência contra as Mulheres”** apresentado pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.
NUD/736024/2024/CMP

Deliberação Ponto 1: Aprovado, por maioria, com 45 votos a favor (20 RM + 9 PS + 9 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 1 voto contra (CH).

Deliberação Ponto 2: Rejeitado, por maioria, com 30 votos contra (20 RM + 9 PSD + 1 CH) e 16 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN).

- 10. Voto de Pesar e Condenação pelos ataques a civis no Líbano e em Gaza**
apresentado pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.
NUD/736029/2024/CMP

Deliberação Ponto 1: Aprovado, por maioria, com 38 votos a favor (14 RM + 9 PS + 8 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN), 2 votos contra [1 RM (Luís Artur Ribeiro Pereira) + 1 CH] e 6 abstenções [5 RM (Miguel Barbosa, José Maria Montenegro, Paulo Jorge Teixeira, Nuno Caiano e João Tiago Guimarães) + 1 PSD (Sebastião Feye de Azevedo)].

Deliberação Pontos 2, 3, 4 e 5: Rejeitados, por maioria, com 30 votos contra (20 RM + 9 PSD + 1 CH) e 16 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN)

Nuno Caiano, José Pedro Anacoreta e Isabel Menéres Campos, Membros do Grupo Municipal RM, informaram que iriam apresentar uma declaração de voto, por escrito (Anexos III e IV).

Saiu da Sala Luís Artur Ribeiro Pereira, Membro do Grupo Municipal RM.

- 11. Recomendação “Pela celebração do 25 de Novembro de 1975, como exercício pedagógico e de reflexão histórica”** apresentado pelo Grupo Municipal Rui Moreira, Aqui Há Porto.
NUD/736268/2024/CMP

Deliberação Ponto 1: Aprovado, por maioria, com 39 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 votos contra (3 CDU + 3 BE).

Deliberação Ponto 2: Aprovado, por maioria, com 30 votos a favor (19 RM + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH), 8 votos contra [3 CDU + 3 BE + 2 PS (Fernanda Rodrigues e Ricardo Meireles)] e 7 abstenções (7 PS).

Entrou na Sala Luís Artur Ribeiro Pereira, Membro do Grupo Municipal RM.

Rui Lage, Membro do Grupo Municipal PS, apresentou a seguinte declaração de voto oral, em nome do Grupo Municipal:

“Não quero deixar de lamentar, veementemente, a diatribe do Senhor Deputado Rodrigo Passos, que conseguiu ao mesmo tempo enaltecer a figura de Mário Soares e instrumentalizar a figura de Mário Soares para fazer politiquice barata.

Sobre o voto, nós não temos nenhuma reserva sobre os considerandos do vosso voto. Agradecemos, aliás, a elevação com que a figura de Mário Soares é aqui evocada e eu venho aqui dizer que Mário Soares nunca teve dúvidas sobre o 25 de Novembro e a sua participação no 25 de Novembro.

Aliás, se tivesse tido dúvidas, tê-las-ia plasmado, certamente, na sua autobiografia, que aparece já numa fase tardia da sua vida, numa fase em que, muitas das vezes, as grandes figuras históricas reavaliam a sua participação nalguns momentos históricos.

Mas, Mário Soares escreveu na sua autobiografia que o 25 de Novembro era a restituição do 25 de Abril, da Revolução, à sua pureza original, o que significava a criação de uma Democracia de tipo Ocidental e pluripartidária.

Isso também implicava o pluripartidarismo e que Mário Soares se opusesse firme e corajosamente às tentativas de ilegalização do PCP, que também surgiram nessa altura.

E, para não citar apenas o Mário Soares, estava a lembrar-me do Eduardo Lourenço que, em 1976, já constatava que o país não queria a sovietação à força e, até acrescentava com algum humor, que provavelmente também não a queria com açúcar.

Aquilo que nos suscita, de facto, alguma necessidade de distanciamento é o argumento que aqui já foi evocado: é que, de facto, os Senhores terminam o segundo ponto resolutivo com um apelo a que as comemorações culminem com um ato oficial e, como aqui já foi dito, esta Assembleia rejeitou por diversas vezes que esse ato oficial se realizasse em relação à Revolução do 25 de Abril.

Por isso, acho que, no fundo, quem deveria vir aqui dar uma explicação sobre isso seria a bancada que propôs o voto e, por isso, nós distanciamo-nos desse último apelo através da nossa abstenção”.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, deu nota de que apenas o Grupo Municipal proponente poderia aceitar a divisão das propostas por pontos.

Disse ter ouvido os Membros do Grupo Municipal PS falar sobre as comemorações do 25 de Abril e do 25 de Novembro, relembrando que a primeira data era sempre comemorada na rua, pela população, com o apoio inequívoco do Executivo Municipal e que era a primeira vez, ao fim de 50 anos, que se iria comemorar o 25 de Novembro, pelo que seria normal diferenciar esta comemoração, para restituir a sua dignidade em termos de celebração.

Afastou a ideia de que o espírito do 25 de Novembro era trazido à Assembleia Municipal com saudades do 23 de Abril de 1974 e criticou aqueles que não aceitam o 25 de Novembro de 1975 como parte do processo democrático.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, chamou a atenção da Mesa sobre impossibilidade de apresentação de declarações de voto pelos Grupos Municipais proponentes das propostas em causa.

Rodrigo Passos, Membro do Grupo Municipal PSD, apresentou a seguinte declaração de voto oral, em nome do Grupo Municipal:

“O Senhor Deputado Rui Lage foi dos poucos deputados do Partido Socialista que na altura do 25 de Abril lembraram Mário Soares, e bem.

O problema é que não vim aqui fazer politiquice barata, como cá veio dizer.

Eu vim cá lembrar o que é importante na política, que são os valores morais e a ética moral dos partidos, que o PS tem vindo a perder.

O Senhor Deputado Rui Lage veio aqui fazer uma crítica fácil, numa declaração de voto desvirtuada e chamo aqui a atenção do Senhor Presidente da Mesa para ter atenção dos abusos ao Regimento.

O sucesso político do Dr. Mário Soares deve ser lembrado e eternizado e foi, sobretudo, eternizado pelo Centro-Direita e sempre movido por pessoas de Centro-Direita, tal como o Dr. Francisco Sá Carneiro.

E é isso que quero que fique em ata.”

2. INTERVENÇÃO SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE DE CADA FREGUESIA PELOS RESPETIVOS PRESIDENTES DE JUNTA OU SEUS SUBSTITUTOS.

Nuno Cruz, Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, falou sobre segurança, vídeo vigilância e os equipamentos, como viaturas, material informático e outros, colocados à disposição das forças de segurança pela Câmara Municipal do Porto e pela União de Freguesias do Centro Histórico do Porto.

Elogiou o trabalho realizado pelos agentes da PSP – Polícia de Segurança Pública, perante a escassez de meios humanos e materiais, em prol dos cidadãos.

Lamentou que as apreensões efetuadas em claro flagrante delito sejam frequentemente descartadas pela justiça, criticando o quadro legal atual, que diz deixar em liberdade os criminosos e desvalorizar o trabalho efetuado pelos agentes de segurança.

Sofia Maia, Presidente da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, falou também sobre segurança e sobre como a Câmara Municipal do Porto e as Juntas de Freguesia têm tentado criar um serviço de guardas-noturnos, para patrulhar algumas zonas da cidade do Porto.

Falou depois sobre a Sessão da Assembleia Municipal do Porto em que os Presidentes de Junta de Freguesia foram impedidos de discutir e votar contratos que envolviam a própria Junta de Freguesia e sobre os desenvolvimentos seguintes que reverteram esta situação, nomeadamente o parecer emitido pelo Ministério Público - Procuradoria-Geral da República relativo ao assunto, entretanto publicado em Diário da República.

Recomendou que houvesse um respeito institucional pelo serviço público prestado pelos Presidentes de Junta.

Patrícia Rapazote, Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, fez também uma intervenção sobre segurança e guardas-noturnos, demonstrando preocupação com as situações de criminalidade reportadas pelos cidadãos.

Ainda que congratulando o aumento do policiamento de visibilidade na sua freguesia, solicitou que o número de efetivos policiais fosse reforçado e que fosse colocada video-vigilância com a maior celeridade possível.

3. INTERVENÇÃO SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL, PELOS GRUPOS MUNICIPAIS COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA.

Fernanda Rodrigues, Membro do Grupo Municipal PS, partilhou informações sobre uma conferência a que assistiu, no Porto, sobre o futuro da habitação e a propósito do aniversário da Domus Social E.M., agradecendo o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal do Porto neste âmbito.

Focou-se, depois, na questão das acessibilidades e mobilidade dos cidadãos, citando a intervenção de um arquiteto que partilhou dados sobre uma experiência realizada em Gante, na Bélgica, como exemplo do que é possível fazer para melhorar esses aspetos.

Elisabete Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, lembrou os 50 anos decorridos sobre o processo SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local, fazendo um resumo e enquadramento histórico da sua criação e realçando a importância que teve na atribuição de habitação digna à população portuguesa.

Lamentou que o processo tivesse sido interrompido no pós-25 de Abril de 1974 e afirmou que, atualmente, se verificam, novamente, falhas graves no acesso à habitação em Portugal, problema que urge resolver.

– PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA –

n.º 5, art.º 38.º do Regimento

1. Aprovação da Ata da 84.ª reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 14 de outubro de 2024.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 14 de outubro de 2024. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 84.ª reunião.

2. Aprovação da Ata da 85.ª reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 21 de outubro de 2024.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 21 de outubro de 2024. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 85.ª reunião.

3. Aprovação da Ata da 86.ª reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2024.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 31 de outubro de 2024. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 86.ª reunião.

4. Informações gerais e Expediente.

- Recomendação “Para a melhoria da iluminação Pública na União de Freguesias”, aprovada, por unanimidade, em Assembleia de Freguesia Ordinária da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, em 25/09/2024.
- Recomendação “Necessidade de recuperar edifícios escolares situados na União de Freguesias”, aprovada, por unanimidade, em Assembleia de Freguesia Ordinária da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, em 25/09/2024.
- Email do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Agricultura, a agradecer o envio da Moção “Bem estar animal do século XXI”, aprovada em Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 07/10/2024.
- Minutas das Atas e Editais das reuniões públicas da Câmara Municipal realizadas nos dias 28 de outubro e 11 de novembro de 2024.
- Relatório Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2024 do Município do Porto.

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória expedida em 7 de novembro de 2024

e Ordem de Trabalhos expedida em 13 de novembro de 2024)

1. Deliberação sobre Alteração ao Regulamento da Taxa Municipal Turística do Porto.

NUD/700397/2024/CMP

Nuno Borges, Membro do Grupo Municipal PSD, fez uma apreciação aos considerandos da proposta, dizendo que não se tratava apenas de uma decisão financeira, mas também, de um ponto estratégico na construção de uma cidade que acolhe com excelência os seus visitantes e assegura a qualidade de vida dos seus residentes.

Realçou o aumento do turismo na cidade nos últimos anos e os impactos daí decorrentes, positivos e negativos, na economia, serviços públicos, limpeza urbana, transporte e segurança, dizendo que a taxa turística ajudaria a financiar os serviços de gestão urbana e a valorizar o Porto.

Falou sobre a estratégia para o turismo pensada pela Câmara Municipal do Porto, enumerando alguns pontos como a preocupação com a sustentabilidade social, económica e ambiental.

Disse que a taxa turística promovia a justiça e a equidade através de uma contribuição proporcional dos turistas para os custos associados ao uso das infraestruturas e serviços da cidade.

Disse também que permitiria aumentar o investimento na sustentabilidade urbana e apostar na descentralização do turismo para outras áreas da cidade, retirando pressão ao centro histórico.

Informando que a proposta seria votada favoravelmente, referiu que, de acordo com estudos efetuados, os aumentos no valor da taxa turística, desde que devidamente justificados, não comprometiam a decisão dos potenciais visitantes de se deslocarem ao Porto.

Paula Roseira, Membro do Grupo Municipal PS, enquadrou a criação da taxa turística na cidade do Porto e analisou os números do turismo, nos últimos anos.

Defendeu que a taxa turística ajuda a garantir a manutenção da cidade, o bem-estar dos visitantes e residentes e a mitigar os impactos causados pelo turismo, pelo que o aumento proposto permitiria continuar a investir no espaço público e património.

Sugeriu que esta receita fosse revertida, de alguma forma, para a habitação, nomeadamente para programas que permitissem fixar residentes nas freguesias históricas.

Perguntou se o Executivo tinha dados disponíveis sobre a taxa de incumprimento da entrega dos valores recebidos de taxa turística pelos operadores e informou que a proposta teria o voto favorável.

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, falou sobre o turismo e o Estado Novo, fazendo um enquadramento histórico da evolução desta atividade económica no país.

Falou também sobre a melhoria e crescente investimento nas infraestruturas públicas, mas realçou o impacto causado pelo turismo na limpeza urbana, património e habitação disponível.

Disse que a cobrança da taxa turística compensava os encargos assumidos pelos Municípios na gestão e organização do espaço público, retirando pressão financeira à população residente e justificando a proposta de aumento.

Atendendo ao aumento dos números de visitantes, defendeu a criação de taxas adicionais, por categorias, como por exemplo, a época de estadia ou o tipo de alojamento, entre outros.

Terminou, informando que a proposta seria votada favoravelmente e deixando a sugestão de que a taxa turística fosse também utilizada em programas de promoção de habitação ou desenvolvimento do comércio local.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, disse estar de acordo com a proposta em deliberação, mas deixou, também, a sugestão de que a taxa turística fosse aplicada diferenciadamente e de acordo com a categoria do alojamento turístico, à semelhança do que é feito em Paris em que um hotel de 5 estrelas tem uma taxa mais elevada que uma hospedaria.

Francisco Calheiros, Membro do Grupo Municipal CDU, informou que a CDU se iria abster na votação por entender que a taxa deveria ser variável e de acordo com determinadas categorias, como o objetivo da visita à cidade ou a idade dos visitantes, conforme um estudo que estava a ser levado a cabo no Município e que poderia resultar em alterações nesse sentido, futuramente.

Disse também que o Município devia informar onde é que aplica a receita derivada da taxa turística.

Afirmando que os impactos causados pelo turismo só poderiam ser equilibrados com políticas integradas, terminou a sua intervenção.

Nuno Caiano, Membro do Grupo Municipal RM, disse ser opinião unânime que o Porto era um destino turístico de sucesso e excelência, resultado das políticas e gestão desenvolvidas pelo Executivo Municipal.

Disse que o turismo trazia uma maior dinâmica económica e de criação de emprego, mas criava também pressões a nível das infraestruturas da cidade, o que justificava o aumento da taxa turística.

Deixou a ideia de, no futuro, poderem ser criadas formas de taxar as atividades envolvidas ao turismo, para além dos estabelecimentos hoteleiros e similares.

Falou das receitas derivadas da taxa turística e a transparência com que o Executivo decide onde aplicá-las e terminou a sua intervenção.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, tomou a palavra para dizer que já tudo tinha sido dito sobre a taxa turística e deixou uma nota sobre o tempo usado na presente Assembleia para o Período Antes da Ordem do Dia e sobre a decisão de troca entre os pontos 4 e 6 da Ordem de Trabalhos da Ordem do Dia.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 41 votos a favor (18 RM + 9 PS + 9 PSD + 3 BE + 1 PAN + 1 CH) e 5 abstenções [3 CDU + 2 RM (Pedro Schuller e Fátima Ferreira)].

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, informou que, conforme acordado em reunião da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, **os pontos n.ºs 2 e 3 seriam discutidos em conjunto e votados em separado.**

- 2. Deliberação sobre Aprovação da reprogramação dos investimentos constantes do Anexo I dos contratos de empréstimo de longo prazo celebrados com a Caixa de Crédito Agrícola, BANKINTER e Caixa Geral de Depósitos.**

NUD/708928/2024/CMP

- 3. Deliberação sobre Aprovação da reprogramação dos investimentos constantes do Anexo I do contrato de empréstimo de longo prazo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos.**

NUD/709037/2024/CMP

Joana Rodrigues, Membro do Grupo Municipal CDU, resumiu as propostas em apreciação e disse que, apesar de perceberem a necessidade para as reprogramações em

análise, consideravam que as mesmas demonstravam, ao mesmo tempo, atrasos reiterados em programas que consideram muito importantes para a cidade, pelo que se absteriam na votação.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, disse que os Municípios eram prejudicados pelas verbas insuficientes transferidas pelo Estado para fazer face às necessidades concretas dos territórios e que estas propostas eram reflexo disso mesmo. Disse depois que, sendo as escolhas políticas do Bloco de Esquerda sobre os investimentos que devem ser feitos na cidade distintas das do Executivo, se absteriam na votação.

Marco Leitão, Membro do Grupo Municipal PS, fez uma breve apreciação aos considerandos de ambas as propostas.

Informou que, apesar de nada ter a opor às bases de apresentação das propostas, por se tratar de reprogramações que irão estar inscritas no Orçamento Municipal de 2025, o Partido Socialista se iria abster, tal como fez relativamente ao Orçamento, em sede de Executivo.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, analisou os contratos e as reprogramações em deliberação, dizendo que as propostas seriam votadas favoravelmente.

José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, disse que a discussão destas propostas se prendia com motivos legais, permitindo, também, fazer uma análise ao programa de investimentos do Executivo para a cidade, que considerou serem diversos, dando exemplos.

Informou que ambas as propostas seriam votadas favoravelmente e terminou a sua intervenção.



Deliberação Ponto n.º 2: Aprovada, por maioria, com 31 votos a favor (20 RM + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 15 abstenções (9 PS + 3 CDU + 3 BE).

Deliberação Ponto n.º 3: Aprovada, por maioria, com 31 votos a favor (20 RM + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 15 abstenções (9 PS + 3 CDU + 3 BE).

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, informou a Mesa que, por não concordarem com a alteração votada à Ordem de Trabalhos, não participariam na discussão nem na votação do ponto 6.

Saíram da Sala Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, Joana Rodrigues e Francisco Calheiros, Membros do Grupo Municipal CDU.

6. Deliberação sobre Autorização prévia da assunção de compromisso plurianual relativo à Aquisição de energia elétrica 100% proveniente de fontes de energia renovável, em regime de mercado livre, dividido em lotes (Concurso Público Internacional n.º 101CPI24).

NUD/696853/2024/CMP

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

Entraram na Sala Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, Joana Rodrigues e Francisco Calheiros, Membros do Grupo Municipal CDU.

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo**, atendendo à hora, 23h57, colocou à consideração do plenário a possibilidade de ser continuada a discussão da Ordem de Trabalhos, tendo sido decidido terminar a discussão dos pontos da Ordem do Dia.

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS -

(art.º 41.º do Regimento)

A **cidadã Isabel Oliveira** partilhou a sua preocupação com a segurança dos cidadãos que se têm manifestado, na cidade do Porto, em solidariedade para com o povo palestino.

Disse que era comum serem ameaçados durante as vigílias, verbal e fisicamente, por outros cidadãos, considerando a situação inaceitável.

Afirmou que o direito à manifestação deveria ser protegido pelas autoridades, o que não estaria a ocorrer e deixou uma nota negativa à Presidência da Câmara Municipal, que não terá querido reunir com os manifestantes a propósito destas manifestações.

Interpelou diretamente o Executivo, deixando também algumas notas sobre a posição do Estado de Israel e dos seus apoiantes e solicitando à Câmara Municipal do Porto que assumisse uma posição clara relativamente ao direito de criticar o regime sionista.

Disse que as agressões levadas a cabo contra os manifestantes aumentavam o sentimento de insegurança.

Referiu, então, o apoio público do Presidente da Câmara ao Embaixador de Israel.

O **Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Sebastião Feyo de Azevedo**, interpelou a cidadã dando nota da possibilidade de a intervenção ser feita diretamente ao

17



18

Executivo, nas suas reuniões, referindo especificamente, no seguimento de uma primeira breve troca de palavras, que o Presidente da Câmara não estava presente nesta fase da Reunião, nem tinha, nos termos regimentais, de estar.

A cidadã Isabel Oliveira prosseguiu a sua intervenção, ignorando as tentativas de inter-pelação do Presidente da Assembleia, tendo mencionado, na sequência, que a aceitação de investimentos de capitais ligados ao regime sionista levanta sérias questões sobre a posição política da Câmara face aos crimes cometidos contra o povo palestino.

O Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Sebastião Feyo de Azevedo, pediu diversas vezes, sem sucesso, que a cidadã o pudesse ouvir. Solicitou que a intervenção fosse terminada e, subsequentemente, o desligamento do microfone.

A cidadã Isabel Oliveira prosseguiu a sua intervenção, ignorando as tentativas de inter-pelação do Presidente da Assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Sebastião Feyo de Azevedo, solicitou que a cidadã terminasse a intervenção, caso contrário teria de pedir que saísse.

A cidadã Isabel Oliveira prosseguiu a sua intervenção.

O Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Sebastião Feyo de Azevedo, solicitou que a cidadã fosse acompanhada ao exterior da Sala.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, apresentou um protesto contra as declarações que foram feitas pela cidadã, que considerou serem políticas e constituírem um desrespeito ao espaço dedicado aos cidadãos na Assembleia Municipal e, também, um ataque ao Executivo Camarário, que se encontrava já ausente.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, apresentou também um protesto, mas contra a saída da Sala da cidadã, dizendo que os cidadãos têm o direito de fazer declarações mesmo que manifestando posições com que nem todos possam estar de acordo. Disse também que não tinha verificado nenhuma desconsideração para com o Executivo e que as declarações dos cidadãos sobre o mesmo não deveriam ser negadas pelo facto dos seus Membros já não se encontrarem na Sala.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, apoiou o protesto feito pelo último interveniente, pelos mesmos motivos. Disse que os cidadãos tinham o direito de criticar o Executivo durante as suas intervenções, dando exemplos de cidadãos que o fizeram no passado, não compreendendo o motivo que levou à saída da cidadã da Sala.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, discordou dos motivos invocados pelos anteriores intervenientes.

Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS, manifestou o seu desacordo com a saída da cidadã da Sala e a interrupção à sua intervenção, mesmo que o tema abordado pudesse não ser confortável para todos os presentes, dizendo fazer parte da democracia ouvir todas as opiniões.

Fátima Ferreira, Membro do Grupo Municipal RM, disse que a cidadã tinha desrespeitado o pedido do Presidente da Assembleia Municipal para pausar a sua intervenção e que a ordem na Sala teve de ser restabelecida.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, disse que, compreendendo toda a situação incaracterística com que foram confrontados, considerava exagerada a intervenção da Polícia Municipal no acompanhamento da cidadã para fora da Sala.

12

O cidadão Raul Garcia fez uma intervenção para expor uma situação relacionada com o processo de licenciamento de obras n.º 10.563/19/CMP, emitida para um terreno que comprou na Foz do Douro, que diz não lhe permitir efetivar a construção de um imóvel no terreno e levado, até, a impugnações judiciais por parte de vizinhos, com consequentes perdas financeiras.

Mostrou descontentamento com a ausência de respostas adequadas por parte da Câmara Municipal do Porto a solicitações e pedidos que fez, neste âmbito, descrevendo alguns deles.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo e Azevedo, informou que daria conhecimento desta intervenção ao Executivo.

Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal RM, agradeceu a presença do cidadão na Sessão e a sua intervenção.

O cidadão Bruno Costa falou sobre episódios de violência praticados, na cidade do Porto, sobre manifestantes apoiantes da causa palestiniana, que disse reunirem-se pacificamente e numa vigília pela paz.

Afirmou que estas ações de violência eram organizadas e já tinham sido reportadas à Polícia e ao Ministério Público, não tendo sido tomadas medidas eficazes de proteção aos cidadãos que se manifestam.

Relatou alguns dos incidentes ocorridos, lamentando que estes grupos possam ameaçar cidadãos, na via pública, e causar medo nos participantes sem que nada seja feito para que estas situações deixem de ocorrer.

Às 00h27, o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, informou o Plenário que, nos termos do n.º 3 do artigo 37.º do Regimento, **a Sessão estava suspensa e seria continuada em Reunião a ocorrer no dia 19 de novembro, no**

mesmo local, às 21 horas, tendo sido ainda atribuído, por unanimidade, um Voto de confiança à Mesa para elaboração da Minuta, nos termos do n.º 7 do artigo 64.º do Regimento.

O Presidente da Assembleia Municipal



Sebastião Feye de Azevedo

A Primeira Secretária



Isabel Menéres Campos

Anexo I: Declaração de Voto apresentada pelo Membro do Grupo Municipal RM, Patrícia Rapazote, relativa à Proposta de Recomendação “Em defesa do serviço público da RTP e do Centro de Produção do Norte” apresentado pelo Grupo Municipal Partido Socialista.

Exmos. Senhores,

Tal como referido ontem aquando da votação da PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO “Em defesa do serviço público da RTP e do Centro de Produção do Norte” do Partido Socialista, venho por este meio partilhar a minha declaração de voto:

Declaração de Voto

Votei a favor da proposta de recomendação “Em defesa do serviço público da RTP e do Centro de Produção do Norte”, reconhecendo a importância do papel da RTP como serviço público essencial para a coesão nacional, a promoção da cultura, da língua portuguesa e do pluralismo democrático. Defendo igualmente a manutenção do Centro de Produção do Norte, infraestrutura que contribui para uma representação mais equilibrada do país no panorama mediático e dinamiza a região Norte, formando profissionais e fortalecendo o setor audiovisual.

Contudo, considero que os pressupostos apresentados na proposta relativamente aos cortes no financiamento carecem de uma análise mais equilibrada.

Concordo com o objetivo de modernizar a RTP, adaptando-a às novas realidades e necessidades dos cidadãos. A eliminação gradual da publicidade comercial na RTP1 até 2027, uma medida anunciada pelo Governo, não deve ser interpretada como um corte destrutante, mas sim como uma oportunidade para reforçar o caráter distintivo do serviço público, alinhando-se com boas práticas internacionais. Esta transição, no entanto, exige um compromisso claro do Governo em assegurar as condições financeiras necessárias para que a RTP continue a cumprir a sua missão.

Reitero que a medida de redução da publicidade comercial nas grelhas de programação deve ser acompanhada de estratégias que garantam a sustentabilidade financeira da RTP, promovendo espaços dedicados à cultura e ao conhecimento e reforçando o papel da estação pública como agente de coesão territorial e desenvolvimento social.

Em suma, o meu voto a favor reflete o compromisso com a defesa de um serviço público de comunicação social forte, moderno e adaptado às novas realidades, com a garantia de que o Centro de Produção do Norte permanecerá como um pilar fundamental no cumprimento desta missão.

Atenciosamente,

PATRÍCIA RAPAZOTE

Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde



Freguesia de Ramalde
Rua Igreja de Ramalde, 76-92
4100-280 Porto
Tel. +351 226 165 600
geral@jf-ramalde.pt
www.jf-ramalde.pt

Anexo II: Declaração de Voto apresentada pelos Membros do Grupo Municipal RM, José Pedro Anacoreta e Isabel Menéres Campos, relativa à Proposta de Moção “Pela Palestina e pela paz no Médio Oriente” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.

Declaração de voto: “pela Palestina e pela paz no Médio Oriente”

A complexidade do conflito entre Israel e a Palestina obrigaria a que qualquer declaração de voto fosse cautelosa nos factos invocados, rigorosa nos termos utilizados e prudente nas medidas propostas. Não é o que se passa nesta moção, adotando-se uma visão parcial e enganadora. Desde logo, o título da proposta de moção é autoexplicativo. Ao assumir o lado da Palestina, não se pretende a paz, mas antes assumir a posição integral de um dos lados.

Em 676 palavras, apenas é referido o termo “Hamás” por uma vez, sendo essa referência utilizada apenas para referir o ataque inicial. Os termos “refém” ou “reféns” são omitidos.

Fala-se do Líbano, mas nem sequer há uma referência ao Hezbollah, nem aos ataques que procederam à reação de Israel.

Em ambos os conflitos, fala-se das vítimas civis, mas omite-se qualquer referência a escudos humanos. Os efeitos dos conflitos são atribuídos única e exclusivamente a um dos lados, desresponsabilizando por completo o Hamas e o Hezbollah.

Atribui-se a violação do direito internacional a Israel, sem fazer qualquer referência às organizações terroristas que continuamente atacam Israel, aos seus objetivos e métodos. Aliás, não existe qualquer referência a terrorismo.

Fala-se do ataque de Israel a determinados países, sem a preocupação de fazer o enquadramento, quer em termos de facto, quer em termos de direito internacional.

Refere-se que o Tribunal Internacional de Justiça considerou por duas vezes fundadas as denúncias de genocídio, o que não é rigoroso. A decisão de 24 de janeiro de 2024 não acatou o pedido da África do Sul de cessar-fogo imediato em Gaza. Foi exigido que Israel tome medidas para prevenir o genocídio e, em simultâneo, a libertação dos reféns.

Fala-se da atuação da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), sem haver qualquer referência ao facto de haver terroristas do Hamas infiltrados nesta organização e de haver equipamentos de guerra escondidos nas suas instalações, o que aliás foi reconhecido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

No que se refere às propostas de deliberação, as mesmas não visam promover o entendimento e a paz. Em primeiro lugar, não se pode declarar o pesar pelas vítimas e pelo escalar da guerra, atribuindo a responsabilidade a apenas um dos lados e desresponsabilizando por completo o terrorismo.

Não se pode condenar a escalada no Líbano e omitir a organização que dentro do Líbano é parte desse conflito.

Insta-se o Governo português a adotar medidas face a uma Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas que não é vinculativa, omitindo outras decisões que são vinculativas, tais como a Resolução do Conselho de Segurança 1701.

Propõe-se o envio da moção ao Embaixador da Autoridade Palestiniana em Portugal, omitindo que a Autoridade Palestiniana não tem autoridade sobre as partes no conflito, designadamente o Hamas e o Hezbollah.

A censura a Israel não pode, em circunstância alguma, ser feita através do branqueamento do terrorismo, sendo as organizações terroristas as principais responsáveis pelo sofrimento do povo do Médio Oriente.

Por estarmos solidários com os povos da Palestina e de Israel, votamos contra esta proposta.

Porto, 18 de novembro de 2024

José Pedro Anacoreta

Isabel Menéres Campos

Anexo III: Declaração de Voto apresentada pelo Membro do Grupo Municipal RM, Nuno Caiano, relativa à Proposta de Moção “Pela Palestina e pela paz no Médio Oriente” apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária e ao Voto de Pesar e Condenação pelos ataques a civis no Líbano e em Gaza apresentado pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

Proposta – Grupo Municipal CDU- Moção – “Pela Palestina e pela paz no Médio Oriente”
Proposta- Grupo Municipal BE – Voto de pesar e Condenação pelos ataques a civis no Líbano e em Gaza.

Um Voto pela Paz e pelo fim das hostilidades no Médio Oriente, não passa pelo Maniqueísmo. O caminho pela Paz obriga a que se condene todas as formas de violência no Médio Oriente, **sem exceção**. Um caminho que tenha uma visão maniqueísta do conflito, onde tenta desumanizar o Outro, não referindo em nenhum momento o seu sofrimento, fazendo tabua rasa do mesmo, está a entrar numa manipulação política do conflito. Por estas razões, não pude acompanhar as propostas em epígrafe, votando, contra.

Nuno Calano
Deputado Municipal
Grupo M Rui Moreira: Aqui Há Porto

Anexo IV: Declaração de Voto apresentada pelos Membros do Grupo Municipal RM, José Pedro Anacoreta e Isabel Menéres Campos, relativa ao Voto de Pesar e Condenação pelos ataques a civis no Líbano e em Gaza apresentado pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

Declaração de voto: "Voto de Pesar e Condenação pelos Ataques a Civis no Líbano e em Gaza"

A morte de qualquer ser humano merece pesar. Porém, este não é um voto de pesar pela morte de pessoas, mas antes um voto antissemita e de apoio a organizações terroristas.

A complexidade do conflito entre Israel e a Palestina obrigaria a que qualquer declaração de voto fosse cautelosa nos factos invocados, rigorosa nos termos utilizados e prudente nas medidas propostas. Não é o que se passa nesta moção, adotando-se uma visão parcial e enganadora.

Esta declaração incide sobre o conflito entre Israel e o Hezbollah. Porém, o termo Hezbollah não é referido uma única vez nas 1070 palavras que compõem a proposta, nem são referidos os ataques que precederam a resposta de Israel.

Fala-se de relatos que não estão comprovados, sendo especulativos. Fala-se das vítimas civis, mas omite-se qualquer referência a escudos humanos. Os efeitos dos conflitos são atribuídos única e exclusivamente a um dos lados, desresponsabilizando por completo o Hamas e o Hezbollah.

Diz-se que o Tribunal Penal Internacional emitiu mandados de captura, o que não é verdade. Esses mandados de captura foram pedidos, mas não existe ainda decisão do tribunal.

Fala-se de resoluções do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, omitindo que as mesmas incluem a censura de todas as partes envolvidas e que reconhecem ser necessário haver mais investigação.

Pelo exposto, não nos podemos associar a um voto de condenação de um dos lados, omitindo o contexto de atuação e branqueando toda a atuação terrorista. Não nos podemos associar a um voto que faz referência genérica a posições de organizações internacionais e a resoluções contra apenas uma das partes dos conflitos.

Não nos podemos associar a uma proposta de reconhecimento do Estado da Palestina sem haver uma contextualização sobre o facto de uma organização terrorista controlar uma parte significativa do território.

A projeção da bandeira da Palestina e do Líbano seria certamente atendida, se fosse clara a demarcação em relação ao Hamas e ao Hezbollah que são os principais causadores do sofrimento dos habitantes da região.

Por estarmos solidários com os povos da Palestina e de Israel, votamos contra esta proposta.

Porto, 18 de novembro de 2024

José Pedro Anacoreta

Isabel Menéres Campos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 87.^a reunião, Sessão Ordinária realizada no dia 18 de novembro de 2024.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 18 de novembro de 2024. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 87.^a reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 09 de dezembro de 2024.

O Presidente

Sebastião Feyo de Azevedo

A 1.^a Secretária

Isabel Menéres Campos

A 2.^a Secretária

Carla Leitão